

POLÍTICA DE LICENCIAMENTO DE DISSERTAÇÕES E TESES E A DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UTFPR: OLHARES A PARTIR DA AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DA CAPES

Emanuelle Torino

Nestor Cortez Saavedra Filho

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

RESUMO

O presente capítulo objetiva discutir a relevância da adoção de licenças de direitos autorais em dissertações e teses disponíveis em repositórios digitais para a avaliação dos programas de pós-graduação brasileiros e apresentar a Política de Licenciamento das Versões Finais dos Trabalhos de Conclusão Produzidas nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Para tanto aborda aspectos concernentes à Lei de direitos autorais brasileira e licenças de uso, *Creative Commons*; apresenta os ambientes informacionais digitais de acesso aberto disponíveis na UTFPR e a disponibilização de dissertações e teses, visando discutir a Política de Licenciamento das dissertações e teses produzidas na UTFPR e o impacto da disponibilização desses conteúdos em repositório institucional na avaliação multidimensional da pós-graduação brasileira pela Capes. Conclui que a Política de Licenciamento instituída pela UTFPR possibilita a transposição da barreira do *copyright*, ação que, aliada ao aspecto de ampla visibilidade oriundo da disponibilização em repositório institucional, favorece o uso das obras e amplia a possibilidade de impacto e citação, o que gera benefícios múltiplos, que passam por: visibilidade do autor, da obra, do programa e da própria Universidade; avaliação do programa de pós-graduação; inserção social do conhecimento gerado pelo programa e pela Universidade; possibilidade de contribuição para avanços acadêmicos, científicos, tecnológicos e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Repositórios institucionais. Acesso aberto. Direitos autorais. Licenças Creative Commons. Política de licenciamento.

ABSTRACT

This chapter aims to discuss the relevance of licensing dissertations and theses available in digital repositories for the evaluation of brazilian graduate programs and to present the Licensing Policy for Final Versions of the Conclusion Works Produced in the Undergraduate and Graduate *Stricto Sensu* Courses of the Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). To this end, it approach aspects concerning the brazilian copyright Law and use licenses, *Creative Commons*; presents the open access digital informational environments available at UTFPR and the availability of dissertations and theses, aiming to discuss the Licensing Policy for dissertations and theses produced at UTFPR and the impact of making these contents available in institutional repository in the multidimensional evaluation of brazilian graduate programs by Capes. It concludes that the Licensing Policy instituted by UTFPR makes it possible to overcome the copyright barrier, an action that, coupled with the aspect of wide visibility arising from the availability in an institutional repository, favors the use of works and increases the possibility of impact and citation, which generates multiple benefits, which include: visibility of the author, the work, the program and the University; evaluation of the graduate program; social insertion of the knowledge generated by the program and the University; possibility of contributing to academic, scientific, technological and social advances.

KEYWORDS: Institutional repositories. Open Access. Copyright. Creative Commons licenses. Licensing policy.

1 - INTRODUÇÃO

A necessidade de democratizar o acesso ao conhecimento, notadamente nas universidades públicas, que, no caso brasileiro, são em boa parte financiadas pela sociedade, leva a discussões de como disponibilizar o conhecimento gerado dentro dessas instituições de maneira a garantir a facilidade de acesso, tanto por meio de infraestrutura dedicada quanto por questões legais, proporcionando segurança aos autores e também aos leitores.

Sob esse prisma, o movimento de acesso aberto, embora tenha antecedentes em outras iniciativas, foi preconizado pela comunidade científica no início dos anos 2000 por meio de três iniciativas: *Budapest Open Access Initiative* (BOAI) (2002), *Bethesda Statement on Open Access Publishing* (2003) e *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities* (2003). Essas iniciativas têm como base, o reconhecimento, por parte da comunidade científica, de que os resultados de pesquisas são publicados sem que os autores e os avaliadores sejam remunerados, visando a comunicação científica como instrumento de democratização e socialização do conhecimento, a qual conta com o advento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), especialmente da internet, como ampliador da sua disseminação. Dessa maneira, pressupunham que a abertura das barreiras de acesso a essas obras auxiliaria o desenvolvimento de pesquisas, o fortalecimento da educação e a difusão de conhecimento (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002).

Guédon (2017) sintetiza a iniciativa de Budapeste como um espaço de análises e críticas ao processo de comunicação científica formal marcado pela lentidão no processo editorial, alto custo para acesso aos periódicos e uso inadequado da internet, considerados por ele como obstáculos ao processo.

Vale lembrar que a definição de acesso aberto foi cunhada pela *Budapest Open Access Initiative* (2002):

“Acesso aberto” à literatura científica revisada por pares significa a disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer usuário ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em *software*, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição e o único papel para o direito autoral neste domínio é dar aos autores o controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado.

A BOAI (2002) estabeleceu, por meio de suas estratégias complementares, as formas de alcançar o acesso aberto: a via dourada e a via verde. A via dourada consiste em uma alteração no modelo de negócios da publicação de artigos nos periódicos científicos, no qual o *copyright* deixa de ser utilizado como forma de restrição de acesso às publicações e há a liberação da cobrança de taxas de assinatura para acessar as publicações, sugerindo que as despesas sejam cobertas de outras maneiras, como o fomento de agências e universidades, as doações, a comercialização de material adicional e as contribuições do pesquisador. Já a via verde consiste no (auto)arquivamento da produção dos pesquisadores em repositórios

institucionais vinculados a universidades ou a instituições de pesquisa, em conformidade com a *Open Archives Initiative* (2020).

Posteriormente, a *Bethesda Statement on Open Access Publishing* (2003) estabeleceu duas condições para considerar uma publicação de acesso aberto:

- a) O (s) autor (es) e o (s) detentor (s) dos direitos autorais concedem a todos os usuários um direito de acesso gratuito, irrevogável, mundial e perpétuo, e uma licença para copiar, usar, distribuir, transmitir e exibir a obra publicamente e fazer e distribuir obras derivadas, em qualquer meio digital, para qualquer finalidade responsável, sujeitas à devida atribuição de autoria, bem como ao direito de fazer um pequeno número de cópias impressas para uso pessoal.
- b) Uma versão completa do trabalho e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da permissão, conforme declarado acima, em um formato eletrônico padrão adequado é depositada imediatamente após a publicação inicial em pelo menos um repositório *on-line* suportado por uma instituição acadêmica, sociedade acadêmica, agência governamental ou outra organização bem estabelecida que busca permitir acesso aberto, distribuição irrestrita, interoperabilidade e arquivamento a longo prazo [...].

A BOAI e a Declaração de Bethesda foram retomadas na Declaração de Berlim (2003), que visava, ainda, promover a internet como instrumento para o desenvolvimento de uma base de conhecimento científico global e do pensamento humano.

Transcorridos 10 anos da BOAI, considerando a maturidade alcançada pelo movimento, seus princípios e estratégias foram reafirmados por meio da declaração BOAI 10 (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2012), que incluiu recomendações para os próximos dez anos, dos quais se destacam, no âmbito do presente capítulo:

- a) "3.1. Todas as instituições de ensino superior devem ter um repositório AA, participar em um consórcio de repositórios ou providenciar serviços externos de repositório AA."
- b) "1.2. Todas as instituições de ensino superior que oferecem pós-graduações devem possuir uma política que assegure que as futuras teses e dissertações sejam depositadas, depois de aprovadas, no repositório AA da instituição. A pedido dos estudantes que desejem publicar o seu trabalho, ou obter uma patente relativa a uma descoberta patenteável, as políticas devem conceder períodos de embargo razoáveis, em vez de isenções permanentes".
- c) "2.1. Recomendamos a licença do Creative Commons atribuição (CC-BY) ou uma licença equivalente, como a licença ideal para a publicação, distribuição, uso e reutilização de trabalho acadêmico".

No âmbito do presente capítulo, publicado em uma obra que objetiva explicitar experiências dos repositórios institucionais brasileiros, destacam-se: a relevância dos ambientes informacionais digitais, notadamente reconhecidos pela via verde, para as universidades, no tocante ao impacto e à visibilidade das produções dos seus Programas de Pós-Graduação (PPG), além da necessidade de reduzir as barreiras legais de uso dos resultados de pesquisas realizadas, preconizada na definição de acesso aberto e, posteriormente, reforçada pela recomendação da adoção de uma licença *Creative Commons*.

Nesse sentido, o presente capítulo objetiva discutir a relevância da adoção de licenças de direitos autorais em dissertações e teses disponíveis em repositórios digitais para a avaliação multidimensional dos programas de pós-graduação brasileiros pela Capes e apresentar a Política de Licenciamento das Versões Finais dos Trabalhos de Conclusão Produzidas nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

2 - DIREITOS AUTORAIS E LICENÇAS DE USO

Os direitos autorais no Brasil são regidos pela Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 (BRASIL, 1998), que trata dos direitos do autor e os que são conexos.

A Lei de direitos autorais brasileira (LDA) estabelece que “São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro [...]” e explicita algumas das criações protegidas e não protegidas. Nesse sentido, é importante destacar que a LDA resguarda a materialização da ideia ou conhecimento de um autor, desde que fixados em um suporte. Com isso, as ideias não fixadas não são passíveis de proteção.

A LDA estabelece, ainda no Art. 11, que “Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica.” e esclarece que o autor pode ser identificado, na obra, por seu nome civil, grafado por extenso ou abreviado, iniciais de seu nome, pseudônimo ou sinal convencional.

A proteção dos direitos independe de registro, embora a possibilidade seja facultada ao autor e exista uma agência nacional de registro. Dessa maneira, os direitos autorais são adquiridos ao expressar e/ou fixar uma criação em um suporte, tangível ou intangível, momento a partir do qual “Pertencem ao autor os direitos morais e patrimoniais sobre a obra que criou.” (BRASIL, 1998).

Cumprido esclarecer que a LDA tem natureza dúplex, baseada em dois sistemas de direito autoral: o continental-europeu, denominado *droit d’auteur*, e o anglo-americano, amplamente conhecido como *copyright*. Os direitos autorais morais, originam-se na personalidade e, com isso, reconhecem os direitos que ligam o autor à sua obra, sendo esses irrenunciáveis e inalienáveis. Por outro lado, os direitos autorais patrimoniais, também denominados titularidade dos direitos autorais, referem-se ao direito que o autor tem de fruir, utilizar ou dispor da sua obra, inclusive economicamente; destaca a Lei que a utilização da obra requer autorização prévia e expressa do titular dos direitos autorais, sendo ele, em primeira análise, o próprio autor, exceto nos casos em que houve transferência ou cessão de direitos.

Nesse sentido, a LDA estabelece, no Art. 49, que “Os direitos de autor poderão ser total ou parcialmente transferidos a terceiros, por ele ou por seus sucessores, a título universal ou

singular, [...] por meio de licenciamento, concessão, cessão ou por outros meios admitidos em Direito [...]” e apresenta as limitações.

Esclarece-se assim que a obra, em princípio, tem todos os direitos reservados ao titular dos direitos e que qualquer uso deve ser por ele autorizado. Embora essa seja uma condição legal, não há a necessidade de indicação, na obra, do *copyright*, o que dificulta a compreensão das permissões de uso. Além disso, considerando que a titularidade da obra pode ser transferida, reconhecer o titular dela pode constituir em tarefa morosa e, com isso, prejudicar o seu uso.

Para efeitos deste capítulo, é importante esclarecer que as dissertações e as teses, entendidas como produção científica, são protegidas pela LDA e que aos autores são asseguradas todas as prerrogativas legais.

No campo científico, a obsolescência e a inadequação da legislação, trazidas sobretudo pelo advento das TIC, culminaram na necessidade de alteração do sistema legal de direitos autorais. Nesse sentido, especialmente os direitos autorais patrimoniais, que, em princípio, estão embasados no *copyright* e mantêm todos os direitos reservados ao titular, aos poucos cedem espaço a formas mais flexíveis de tratamento, nas quais o titular estabelece os termos de uso autorizados e opta por manter alguns direitos reservados. Nesse sentido, Valente e Freitas (2017, p. 18) afirmam que “[...] tem-se discutido internacionalmente uma doutrina chamada de ‘direitos dos usuários’, que seria uma forma de pensar os usos permitidos não somente como exceções contidas nas legislações, mas como direitos propriamente”.

A Lei de direitos autorais brasileira estabelece que a autorização do titular deve ser realizada de maneira prévia e expressa, possibilitando que isso ocorra por meio de licenciamento, concessão ou cessão, desde que respeitados os limites legais.

Segundo Valente e Freitas (2017, p. 58) “O que diferencia a cessão da licença, no direito autoral brasileiro, é a exclusividade.” Esclarecem as autoras que a cessão se caracteriza como uma transferência exclusiva dos direitos autorais patrimoniais do autor a um terceiro, o que pode ser celebrado de forma global, quando se refere a todos os direitos, ou parcial, quando se estabelecem alguns direitos; enquanto o licenciamento é uma autorização de uso.

No contexto acadêmico-científico, o licenciamento de uso ganha espaço, especificamente com o *Creative Commons* (CC), fundado em 2001 como “[...] uma organização sem fins lucrativos que permite o compartilhamento e uso da criatividade e do conhecimento através de instrumentos jurídicos gratuitos” (CREATIVE COMMONS BR, 2020b). Cumpre esclarecer que o CC disponibiliza licenças embasadas nas leis de direitos autorais das jurisdições em que atua, assim, pela característica de aplicação global, a partir da versão 4.0, que extinguiu a necessidade de adaptações às jurisdições específicas, é reconhecida como licença internacional (CREATIVE COMMONS BR, 2020b).

Com isso, o CC possibilita ao autor ou ao titular dos direitos patrimoniais o compartilhamento da obra de forma legal, por meio dos direitos de uso. “O CC lhe dá e protege as pessoas que usam o seu trabalho, para que elas não tenham que se preocupar com violação de direitos autorais, desde que respeitem as condições que você tenha especificado.” (CREATIVE COMMONS BR, 2020b).

Além disso, as licenças *Creative Commons* têm caráter não exclusivo, possibilitando ao autor ou ao titular dos direitos autorais patrimoniais estabelecer a forma de licenciamento em diferentes acordos. Por outro lado, as licenças não são revogáveis, desde que o uso esteja adequado ao estabelecido na licença (CREATIVE COMMONS, 2020b).

As licenças são apresentadas em três camadas: texto legal, que consiste em um documento jurídico tradicional; legível por humanos, um resumo explicativo do texto legal, em linguagem acessível a não juristas; e legível por máquinas, considerada uma versão digital das licenças, a *Creative Commons Rights Expression Language* é uma especificação em linguagem *Resource Description Framework* (RDF) que descreve como a informação das licenças pode ser incluída nos metadados das obras, de maneira compreensível por aplicações e agentes computacionais (CREATIVE COMMONS BR, 2020a).

Nesse sentido, o autor ou o titular dos direitos autorais pode realizar autorização prévia e expressa da obra, conforme estabelece a Lei de direitos autorais (BRASIL, 1998), por meio de uma licença de uso, como as do *Creative Commons*. Assim, para informar aos usuários da autorização de usos determinados de uma obra, o titular dos direitos pode estabelecer uma licença *Creative Commons* de maneira complementar aos direitos autorais, uma vez que possibilita que a titularidade dos direitos seja mantida e, ao mesmo tempo, estabelece as condições de uso permitidas, no limite especificado na licença.

Ao licenciar, o autor ou o titular dos direitos autorais estabelece que usos da obra são permitidos, sem que haja a necessidade de consulta e, caso algum uso diferente do expresso na licença seja necessário, caberá ao usuário requerer autorização do autor. É necessário, ainda, indicar direitos não cobertos pela licença, o que inclui direitos de terceiros ou de marcas. Destaca-se que os direitos morais, de imagem, privacidade ou outros direitos de personalidade não são licenciados, da mesma maneira, os direitos de patente e marcas.

Para o licenciamento de obras utilizando CC, não é necessário nenhum cadastro ou registro. Basta que o autor ou titular dos direitos autorais patrimoniais responda a duas perguntas simples, a partir das quais a licença é definida. O CC disponibiliza seis opções de licenças, consideradas mais ou menos restritivas em função das autorizações permitidas. Além dessas licenças, o CC possibilita que o autor ou o titular dos direitos autorais coloque a obra em domínio público antes do prazo estabelecido pela LDA, conforme demonstra a Figura 1.

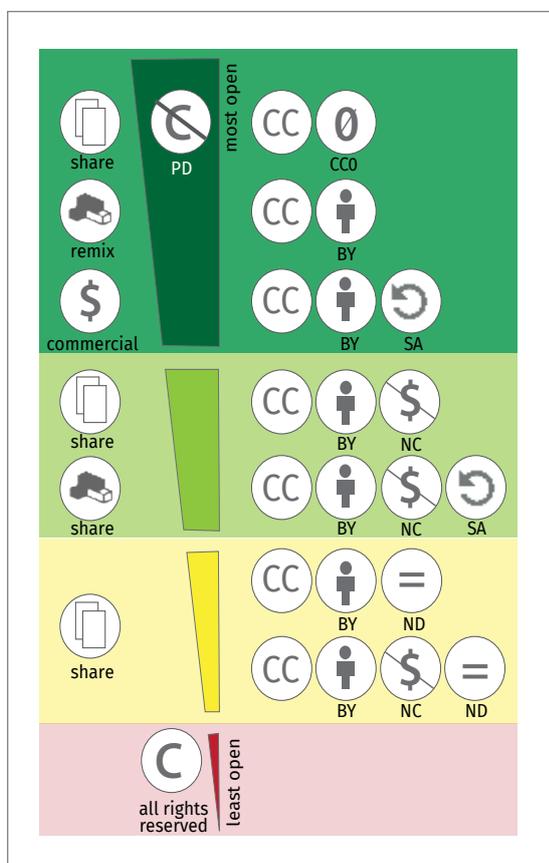


Figura 1: Licenças Creative Commons
 Fonte: Shaddim; Creative Commons (2016).

As licenças CC têm quatro graus de autorização e todas elas têm em comum a obrigatoriedade de atribuição (BY)⁴ de todos os créditos necessários à obra utilizada; a impossibilidade de o usuário alterar os termos e/ou condições especificados na licença, bem como aplicar medidas tecnológicas que restrinjam os direitos licenciados; a indicação de que o material é licenciado, e incluir texto, *uniform resource identifier* (URI) ou *hyperlink* para fornecer informações sobre a licença.

Adicionalmente, podem ser incluídas restrições indicadas por:

- a) compartilha igual (SA)⁵: requer que as versões adaptadas sejam compartilhadas utilizando uma licença *Creative Commons* com as mesmas características da utilizada na obra original;
- b) não comercial (NC)⁶: a autorização condiciona a usos não comerciais, o que inclui vantagem comercial ou compensação monetária;
- c) sem derivações (ND)⁷: não permite o compartilhamento de material adaptado.

As duas outras licenças possíveis derivam-se destas condições: BY NC SA⁸ e BY NC ND⁹.

Cada uma das licenças tem um conjunto de usos permitidos: compartilhamento, adaptação e/ou uso comercial.

Destaca-se que as licenças que permitem a modificação do material licenciado solicitam que haja uma indicação, especificando-as.

Uma vez licenciada, a obra deve indicar qual a licença adotada, suas características e a versão. Deve ainda possibilitar o acesso a informações completas da licença, por meio de URI ou *link* de acesso, tornando-a compreensível para humanos. Além disso, quando o conteúdo licenciado for disponibilizado em ambientes digitais, é recomendável o uso das especificações legíveis por máquinas, o que possibilitará a compreensão por agentes computacionais.

As licenças *Creative Commons* auxiliam o autor a fazer uso do potencial da disponibilização de obras na *web*, a partir do compartilhamento, da colaboração e da visibilidade.

3 - AMBIENTES INFORMACIONAIS DE ACESSO ABERTO NA UTFPR E A DISPONIBILIZAÇÃO DE DISSERTAÇÕES E TESES

Entende-se que uma universidade em si já é um repositório do saber por suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, interligadas desde a produção até a disseminação do conhecimento dessas três dimensões. No caso da UTFPR, esse compromisso está presente em seu Estatuto (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2018, p. 15), que destaca, entre os seus princípios a “integração da geração, disseminação e utilização do conhecimento para

4 Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode.pt>.

5 Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/legalcode.pt>.

6 Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/legalcode.pt>.

7 Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nd/4.0/legalcode.pt>.

8 Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/legalcode.pt>.

9 Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode.pt>.

estimular o desenvolvimento socioeconômico local e regional” e, entre as suas Finalidades, “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação” (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2018, p. 16). Entendendo o Estatuto da UTFPR como o compromisso firmado entre uma Universidade pública e a sociedade, a viabilização dos aspectos supracitados passa a ser uma prioridade institucional, como pode ser visto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2018-2021 da UTFPR (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2017, p. 31), cujo macro-objetivo 4.12 dispõe “Promover, por meio de uma política de depósito e acesso das produções da universidade, visibilidade e difusão do conhecimento via repositório institucional”. A questão da visibilidade do conhecimento gerado na instituição, tendo em vista a maior integração dela com o setor produtivo, dentro da identidade da Universidade Tecnológica, faz-se presente também no Projeto Pedagógico Institucional da UTFPR (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2019, p. 35), no qual é posto que

Neste sentido, o que deverá ser aperfeiçoado, buscando maior volume e melhores resultados na relação universidade-empresa, é o marketing da pesquisa institucional. Para tanto a política de desenvolvimento, manutenção e divulgação dos repositórios institucionais deve ser fomentado, como um grande portal da produção técnico-científica da universidade.

A UTFPR desde a implantação do Repositório Institucional da UTFPR (RIUT), que ocorreu em consonância com o Movimento de Acesso Aberto, reconhece a importância dos princípios e estratégias definidos e reafirmados pela Iniciativa de Budapeste (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2002; 2012).

Nesse sentido, a Política de Informação do Repositório Institucional¹⁰, vigente desde 2009, estabelece a criação e a manutenção de um ecossistema de informação em acesso aberto (Figura 2), vinculado ao Departamento de Bibliotecas da UTFPR (DEPBIB), constituído por um provedor de serviços designado Portal de Informação em Acesso Aberto da UTFPR (PIAA)¹¹, desenvolvido para promover o acesso e ampliar a visibilidade da produção da UTFPR, que, por meio do protocolo *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH), recupera os metadados e possibilita acesso aos conteúdos disponíveis em quatro provedores de dados:

a) Repositório Institucional da UTFPR (RIUT)¹²: gerencia artigos publicados em periódicos ou em anais de eventos, avaliados por pares, dissertações e teses, livros e capítulos de livros, cujos autores/as sejam servidores/as ou acadêmicos/as da Instituição. Em 2020, os conteúdos disponíveis no Repositório de Outras Coleções Abertas da UTFPR (ROCA) foram incorporados ao RIUT, de forma a manter um único repositório institucional, visando consolidar seu uso e visibilidade interna e externa à UTFPR. Assim, o RIUT passou a gerenciar também trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização,

10 Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/sobre/politica_repositorio_1.pdf. Acesso em: 17 maio 2020.

11 Disponível em: <https://portaldeinformacao.utfpr.edu.br/>.

12 Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/>.

produção audiovisual e registros iconográficos, cujos autores/as sejam servidores/as ou acadêmicos/as da Instituição.

b) Repositório de Outras Coleções Abertas da UTFPR (ROCA)¹³: gerencia trabalhos de conclusão de curso, monografias de especialização, produção audiovisual e registros iconográficos, cujos autores/as sejam servidores/as ou acadêmicos/as da Instituição. Os conteúdos deste repositório foram incorporados ao RIUT em 2020, culminando na descontinuidade do ROCA, conforme descrito no item anterior.

c) Portal de Periódicos Científicos da UTFPR (PERI)¹⁴: gerencia o processo editorial e disponibiliza, em uma única fonte, os periódicos científicos cancelados pela UTFPR.

d) Portal de Eventos Científicos da UTFPR (EVIN)¹⁵: gerencia o processo editorial e realiza a publicação dos anais dos eventos de iniciação científica e tecnológica e de extensão e inovação promovidos pela UTFPR.

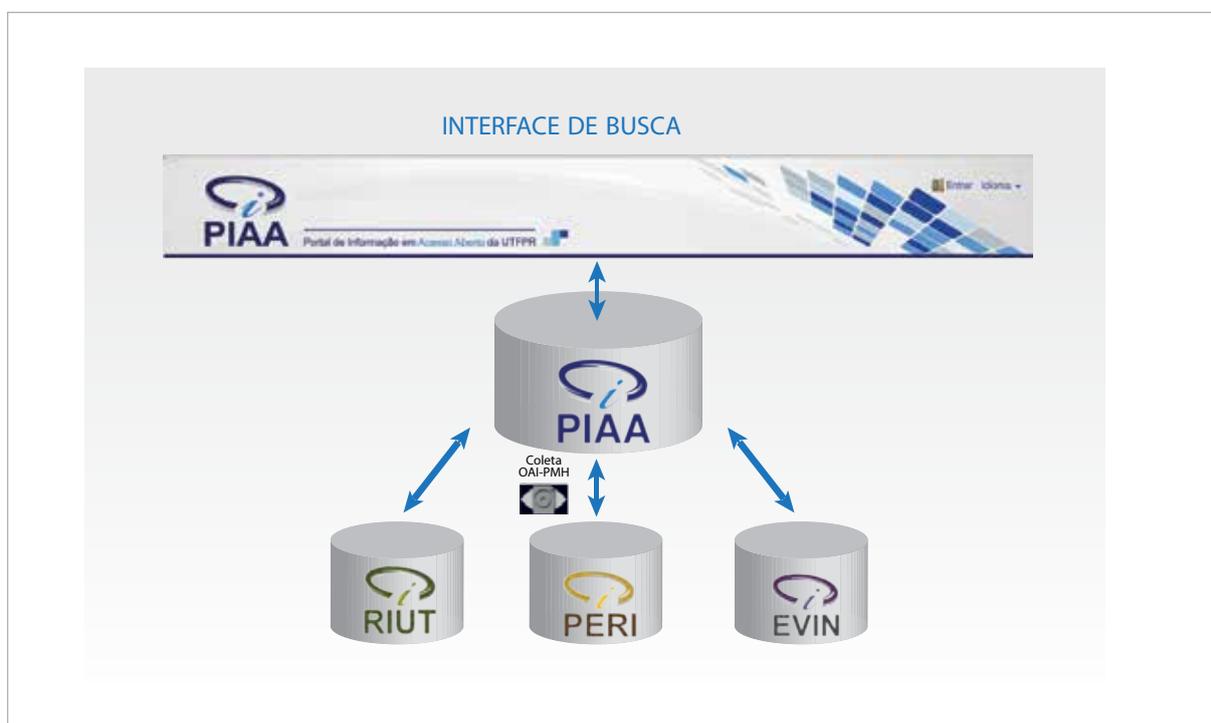


Figura 2: Ecosistema de Informação em Acesso Aberto da UTFPR
Fonte: Autoria própria.

Cada um destes ambientes informacionais digitais possui, por suas características, uma missão e, com isso, gerencia diferentes tipologias de documentos e possui políticas próprias.

Destaca-se que, considerando os princípios do acesso aberto, a UTFPR busca gradativamente ampliar, em suas políticas, a adoção de licenças de direitos autorais, visando

13 Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/>.

14 Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/index.html>,

15 Disponível em: <https://eventos.utfpr.edu.br/index.php>.

reduzir as barreiras de acesso e uso da produção acadêmica, científica e tecnológica, bem como das publicações da Universidade.

No que tange às publicações, todos os periódicos científicos publicados com a chancela da UTFPR no PERI têm como política de direitos autorais a manutenção da titularidade para os autores, com direito de primeira publicação para o periódico e utilizando uma licença *Creative Commons* definida pela revista; além disso, incentiva a disponibilização do artigo e dos dados de pesquisa em repositórios institucionais ou digitais. Em seu todo, a disponibilização de um portal de periódicos científicos, cujos periódicos licenciam os artigos em termos abertos, coadunam com os já citados documentos Institucionais da UTFPR como Universidade pública, também dentro da perspectiva de fomentar a dialogicidade com a comunidade científica e acadêmica, seja pela revisão por pares, intrínseca a esse diálogo, seja pela maior pervasividade dos artigos publicados no PERI, com todas as perspectivas permitidas pelas licenças *Creative Commons*.

Ao lado do RIUT, fica estabelecida uma relação de comunicação em mão dupla com a comunidade: por um lado ela tem acesso aberto aos conhecimentos produzidos pelos grupos de pesquisa e programas de pós-graduação da UTFPR e dos seus pares na comunidade científica, por outro, esses grupos e programas, ao conceder o acesso aberto a publicações, dissertações e teses, fomentam o uso, o reuso, a remixagem, a redistribuição e o referenciamento, com dividendos diretos à visibilidade e ao impacto dessas produções, o que fomenta o impacto e a inserção social, um dos objetivos principais da pós-graduação *stricto sensu*.

De igual maneira, os dois principais eventos científicos promovidos pela UTFPR, no âmbito da iniciação científica e tecnológica e da extensão e inovação, cujos anais são publicados no EVIN, apresentam a mesma política de direitos autorais.

Ainda, a publicação dos livros pela Editora da UTFPR (EDUTFPR) ocorre em uma das coleções do RIUT e todas as obras publicadas a partir de 2015 são licenciadas pelo *Creative Commons*, com disponibilização imediata do texto completo ou após período de embargo estabelecido em contrato com os autores.

Vale destacar que o Repositório Institucional da UTFPR (RIUT) é o ambiente informacional utilizado para a gestão, ampliação de visibilidade e preservação da produção acadêmico-científica, que inclui dissertações e teses. Esses trabalhos são disponibilizados desde o ano 2010 e, após a definição da Instrução Normativa Conjunta (IN) 01/2011 – PROGRAD/PROPPG¹⁶, tornou-se obrigatório. Em razão do avanço nas políticas e processos de gestão, a IN 01/2011 foi revogada pela IN 10/2020 – PROPPG¹⁷, que reforça a obrigatoriedade do depósito das dissertações e teses exclusivamente no RIUT, bem como a necessidade do licenciamento *Creative Commons* das mesmas, como será discutido adiante nesse capítulo, essas ações objetivam fomentar a inserção social e o impacto na sociedade dos Programas de Pós-graduação da UTFPR, tendo em vista a sua função primaz de formação de recursos humanos avançados e contribuição ao desenvolvimento dos indicadores da Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiras, o que, por esses motivos, tem um impacto positivo na avaliação desses Programas pela CAPES.

Nesse sentido, para o depósito das dissertações e teses no RIUT, considerando a Lei de direitos autorais brasileira vigente (BRASIL, 1998), entre 2011 e 2020, era requerido do autor,

16 Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/pesquisa-e-pos-graduacao/proppg/instrucoes-normativas-conjuntas/instrucao-normativa-conjunta-01-2011-prograd-proppg/view>. Acesso em: 17 maio 2020.

17 Disponível em: https://sei.utfpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1840028&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 5 jul. 2021.

que é o titular dos direitos autorais, um conjunto de documentos nos quais ele se declarava autor da obra e autorizava a disponibilização nos ambientes digitais vinculados às Bibliotecas da Universidade. Quando necessário, o autor podia requerer um período de embargo ao texto completo da obra, permanecendo os metadados disponíveis.

Vale destacar que o termo de autorização para a disponibilização e veiculação dos trabalhos no RIUT estabelecia que a autorização se dá para fins de leitura, impressão e/ou *download*, visando a divulgação da produção científica brasileira.

Verifica-se, contudo, que embora haja na Política de Informação do Repositório Institucional da UTFPR uma recomendação “no momento do depósito o/a autor/a deverá escolher uma licença que viabilize o acesso aberto, como as do *Creative Commons*”, a ausência desse elemento, no termo de autorização para a disponibilização dos trabalhos, levou à baixa adesão do licenciamento pela comunidade. Assim, até maio de 2020, apenas 6% das dissertações e teses disponíveis no RIUT adotavam uma licença *Creative Commons* e, por essa característica, considerando a definição da BOAI, podem ser considerados de fato materiais em acesso aberto.

Evidencia-se assim que, embora o RIUT seja um ambiente aberto e interoperável, o conteúdo disponível esteja acessível livremente, contudo tinha permissões restritivas de uso (leitura, impressão e *download*), enquanto a definição de acesso aberto estabelece que a obra, para ser assim caracterizada, deve ter restrições legais mínimas, relacionadas à atribuição de autoria e integridade da obra. Assim, as dissertações e teses, objeto deste estudo, da maneira como estavam disponíveis, não podiam ser consideradas obras em acesso aberto.

Desse modo, fica claro que a criação e o suporte de um Portal de Informação em Acesso Aberto institucional por si só não garante que a maior parte das produções científicas e acadêmicas dos grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação da Universidade estejam lá depositadas, o que deixa a desejar com o todo previsto em seu Estatuto. Faltavam, então, ações que tivessem como objetivo promover uma mudança cultural na comunidade acadêmica, o que costuma ser demandado e executado pela gestão universitária. Passaremos a discutir agora alinhamentos e definições para implementações de políticas de acesso aberto institucionais para dissertações e teses.

4 - FOMENTO À CULTURA DO ACESSO ABERTO: A POLÍTICA DE LICENCIAMENTO DAS DISSERTAÇÕES E TESES DOS PPG DA UTFPR

Diante do cenário exposto, tendo em vista os pressupostos do acesso aberto definidos pela BOAI que determinam que pesquisas tenham disponibilidade livre e irrestrita na internet para serem usadas com qualquer finalidade legal, sem barreiras técnicas, financeiras e legais, a UTFPR, que desde 2010 disponibiliza conteúdos em repositório institucional, reconhece a relevância da proteção dos direitos autorais das dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação (PPG) ofertados, reconhece, de igual maneira, a relevância e a inserção social dos resultados dessas pesquisas junto à comunidade acadêmica e geral.

Por isso, além de proteger os direitos autorais dos autores das dissertações e das teses, determina a proteção dos direitos de uso dos leitores desses trabalhos com base na definição da Política de Licenciamento das Versões Finais dos Trabalhos de Conclusão Produzidas nos

Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2020).

A elaboração desta Política teve como inspiração o modelo de universidades do Reino Unido, como a *University of Kent* (UNIVERSITY OF KENT, 2018), que vai desde um trabalho de conscientização da comunidade a respeito do que são e como respeitar os direitos autorais em meio às possibilidades proporcionadas pelo acesso aberto, no sentido de aumentar a visibilidade, o acesso e as citações, servindo de impulso para a empregabilidade do egresso (e o seu respectivo impacto na comunidade, que é parte do retorno que a universidade logra à sociedade) como na já citada apropriação do conhecimento produzido pela sociedade (impactos local, regional e internacional). Todas essas dimensões passaram a incorporar a Avaliação Multidimensional da Pós-Graduação brasileira pela Capes, conforme será discutido mais adiante neste capítulo.

A Política de Licenciamento das Versões Finais dos Trabalhos de Conclusão Produzidos nos Cursos da UTFPR tem por finalidade:

- a) assegurar à sociedade e à comunidade científica e acadêmica, o acesso público, gratuito e aberto ao conhecimento científico e acadêmico gerado na Universidade, mediante o estabelecimento dos direitos de uso por parte da sociedade;
- b) proteger os Direitos Autorais e de Propriedade Intelectual de alunos, servidores (docentes e técnico-administrativos) e da própria Universidade;
- c) ampliar a visibilidade da produção científica e acadêmica, bem como dos pesquisadores junto à sociedade;
- d) possibilitar a coleta e recuperação da produção científica e acadêmica por mecanismos de buscas gerais e acadêmicos, bem como por diretórios;
- e) fomentar o impacto, junto à sociedade, da produção científica e acadêmica gerada pela Universidade;
- f) auxiliar na melhoria dos indicadores acadêmicos, do ensino, da pesquisa e da pós-graduação da Universidade;
- g) fortalecer os mecanismos de preservação da memória da produção científica e acadêmica da Universidade;
- h) favorecer o acesso à informação.

Para tanto, considerando uma base legal, determina que

Fica estabelecida a adoção de licenças *Creative Commons* para todas as produções acadêmicas e científicas caracterizadas como trabalho de conclusão de curso de Graduação (TCC) e Pós-Graduação *Stricto Sensu* (dissertação e tese), bem como dos produtos educacionais e tecnológicos a elas vinculados. (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2020).

Nesse sentido, atribui aos Cursos ou Programas de Pós-Graduação, considerando suas características e especificidades, a definição, por regulamentação própria, de uma das seis licenças *Creative Commons* a ser adotada por todos os trabalhos finais de pesquisa

produzidos no seu âmbito, em caráter definitivo e irrevogável, de acordo com o Art. 49 da Lei nº 9.610 (BRASIL, 1998). Reforçando que “Deve-se adotar, minimamente, a licença mais restritiva *Creative Commons* Atribuição, Não Comercial, Não para Obras Derivadas (CC BY NC ND).” (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2020).

Essa prática está consonante com a BOAI 10, que recomenda a adoção de licença *Creative Commons* e que, considerando que os repositórios digitais necessitam de permissões ou licenças estabelecidas por terceiros, indica aos decisores políticos o direcionamento de depósitos em repositórios, exigindo, quando possível, licenças abertas (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2012).

Além disso, a Política de Licenciamento das Versões Finais dos Trabalhos de Conclusão Produzidas nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UTFPR, ao delegar a definição da licença *Creative Commons* que melhor se adequa à realidade dos cursos ou programas de pós-graduação, possibilita que a tomada de decisão colegiada esteja condizente com as práticas correntes.

Nesse sentido, os cursos ou programas de pós-graduação que, por suas características, realizam pesquisas geradoras de propriedade intelectual, podem adotar uma licença mais restritiva e, ainda assim, assegurar a proteção do autor e do usuário da informação. Nos casos em que a pesquisa é objeto de propriedade intelectual, a obra é inserida ao RIUT com a disponibilização completa dos metadados e o acesso ao texto integral dar-se-á após transcorrido o período necessário ao processo, sendo a obra considerada embargada. Enquanto aqueles PPG que realizam pesquisas com outras características, como por exemplo a área de Humanidades, podem adotar licenças mais abertas. Dessa maneira, é possível, por exemplo, que um PPG da área de Ensino de Ciências e Matemática tenha, por objetivo, a realização de pesquisas que contribuam com a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e podem caracterizar a versão final, e no caso dos PPG profissionais, podem produzir como produtos, Recursos Educacionais Abertos (REA).

Assim, a adoção de licenças *Creative Commons*, conforme determina a Política de Licenciamento para dissertações e teses, amplia a possibilidade de uso legal das referidas obras, atentando-se aos termos da licença, que permitem reconhecer facilmente quais usos da obra podem ser realizados sem que se faça necessária a consulta prévia ao autor, que permanece titular dos direitos autorais patrimoniais sobre a obra. Dessa maneira, o leitor está previamente autorizado aos usos estabelecidos pelos termos da licença e, caso tenha interesse em uso diverso ao permitido pela licença, poderá contatar o titular dos direitos para solicitar autorização. Para assegurar os termos em que a obra foi licenciada, a Política de Licenciamento da UTFPR estabelece que a licença deve ser representada pela logomarca correspondente, seguida da versão adotada, inserida na própria obra e nos metadados a ela correspondentes, disponíveis no RIUT.

Cumprir esclarecer que as licenças *Creative Commons*, a partir da versão 4.0, disponibilizada em 2013, são padronizadas e válidas nas jurisdições em que a organização atua, o que permite que o uso da obra seja realizado de maneira legal, atendidos os termos da licença, sem que o leitor tenha a necessidade de amplo conhecimento da lei que rege os direitos autorais (CREATIVE COMMONS BR, 2014).

De igual maneira, as licenças *Creative Commons* têm caráter não exclusivo, possibilitando que o titular dos direitos autorais possa realizar diferentes acordos e formas de autorização paralelos para a mesma obra. Ressalta-se apenas que tais licenças, uma vez concedidas, não

são revogáveis, contudo, em caso de violação dos seus termos por um licenciado, a licença é encerrada exclusivamente para ele (CREATIVE COMMONS, 2020a).

Com isso, as tradicionais autorizações para a disponibilização das dissertações e teses no RIUT, concedidas pelos autores vinculados à UTFPR, em atendimento ao art. 29 da LDA (BRASIL, 1998) para as modalidades de leitura, impressão e *download*, cederam lugar para o licenciamento das obras, em atendimento ao que preconiza o Movimento de Acesso Aberto, a partir do qual será concedida uma licença não exclusiva de uso, em caráter definitivo e irrevogável, conforme o art. 49 da LDA (BRASIL, 1998).

A Política de Licenciamento das Versões Finais dos Trabalhos de Conclusão Produzidas nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) possibilita a manutenção da titularidade dos direitos para os autores, que podem autorizar outras formas de uso da obra nas diferentes jurisdições; ao passo que assegura que as obras estarão disponíveis na *web*, por meio do RIUT, em acesso aberto, o que possibilita ao leitor todas as permissões de uso previamente estabelecidas na licença.

5 - FOMENTO AO IMPACTO E SIGNIFICADO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: A AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL DA CAPES

A Avaliação da Pós-Graduação Brasileira é um processo consolidado e considerado um dos melhores da comunidade científica e acadêmica mundial, pela sua transparência e, principalmente, pelo seu processo construtivo, de maneira horizontal e participativa na própria comunidade, levando a um processo de avaliação por pares dentro dos próprios PPG, agrupados dentro das áreas de avaliação.

A estratificação desse processo se dá, em ordem decrescente, nos três colégios, cada um com três grandes áreas, em que estão distribuídas as 49 áreas de avaliação¹⁸.

Tomaremos como estudo de caso a área de avaliação 46: Ensino. Essa área, por sua vez, está alocada na grande área Multidisciplinar, no colégio das Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. Os PPG são avaliados em ciclos de quatro anos (as chamadas 'Avaliações Quadrienais'). Com o advento da Plataforma Sucupira¹⁹ da Capes, em 2013, as visitas presenciais, salvo quando definidas pela respectiva coordenação de área, foram substituídas por coletas de dados anuais inseridas pelos PPG nessa Plataforma, tais como as produções acadêmicas (teses, dissertações), as produções técnicas (a exemplo de produtos de mestrados e doutorados profissionais, produções artísticas, patentes) e produções bibliográficas (artigos publicados em periódico, trabalhos completos publicados em anais de eventos, livros e capítulos de livros).

Toda área de avaliação tem o seu 'Documento de Área', no qual estão dispostas informações como identidade e estado da arte na área, além das diretrizes para a avaliação quadrienal vigente (diagnósticos baseados nos dados coletados da Plataforma Sucupira), na ocasião da escrita deste capítulo, 2017 a 2020. No atual Documento de área: área 46: Ensino (BRASIL, 2019a), no tocante à identidade da área, está disposto:

A Área de Ensino é, portanto, essencialmente de pesquisa translacional, que transita entre a ciência básica e a aplicação do conhecimento produzido. Desse modo, busca construir pontes entre conhecimentos

18 Mais detalhes disponíveis em: <https://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>.

19 Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>.

acadêmicos gerados na pesquisa em educação e ensino para sua aplicação em produtos e processos educativos voltados às demandas da sociedade e às necessidades regionais e nacionais.

Dessa maneira, a área de Ensino dialoga diretamente com a Educação Básica brasileira, fato enaltecido pelo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014), que, em sua meta 14, estabelece “Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.”

Por meio desses posicionamentos, torna-se claro que a disponibilização de toda a produção dos PPG da área de Ensino, em acesso aberto, com base nos repositórios institucionais, é uma questão a ser apreciada no planejamento institucional dos PPG, com vistas, também, a avaliação quadrienal da Capes.

Já no período quadrienal anterior (2013 a 2016), essas considerações fizeram-se presentes na instituição de um Grupo de Trabalho pela coordenação de área, com o objetivo de balizar a avaliação dos produtos educacionais dos mestrados profissionais em Ensino (na época, ainda não havia doutorados profissionais), processo esse materializado no documento ‘Considerações sobre Classificação de Produção Técnica’ (BRASIL, 2016), no qual está disposto:

Sobre o acesso *on line*, assume-se um recorte, uma vez que está no cerne da concepção dos Mestrados Profissionais em Ensino o fato do espaço de pesquisa ser o próprio ambiente de atuação do professor-mestrando. Assim, torna-se mais comum que a sala de aula seja o espaço de pesquisa mais encontrado. Entretanto, o esperado é que essa prática permeie pouco a pouco outras instâncias da sociedade, servindo como um dos elementos transformadores do processo de ensino-aprendizagem em sua região. Assim é desejável que este impacto não seja apenas de caráter local, mas que possa ser difundido através de políticas de licenciamento e hospedagem dos produtos educacionais que são frutos do trabalho de pesquisa desenvolvido.

De forma pioneira, a área de Ensino implementou um Qualis para os produtos educacionais dos mestrados profissionais (produções técnicas), em que o acesso aberto e a disponibilidade em repositórios institucionais tinham o maior peso na escala de avaliação, conforme descrito no Quadro 1.

PARÂMETROS AVALIADOS	NOTA para efeito de qualificação da produção educacional (Edu 1 a Edu 5)				
	0	1	2	3	4
Validação obrigatória (sim ou não)	NÃO	-	Sim, POR COMITÊS AD HOC	Sim, POR ORGÃO DE FOMENTO	Sim, POR BANCA DE DISSERTAÇÃO
Registro (sim ou não)	NÃO				SIM
Utilização no sistema (educação/saúde/cultura/CT&I) (sim ou não)	NÃO				Sim (local, municipal, estadual, nacional ou internacional)
Acesso livre (on line)	NÃO	redes fechadas	Portal nacional ou internacional, youtube, Vimeo e outros com acesso público e gratuito	Página do programa com acesso público e gratuito	Repositório institucional - nacional ou internacional - com acesso público e gratuito

Quadro 1: Parâmetros e valores utilizados para a classificação individual dos produtos educacionais de mestrados profissionais da área de Ensino

Fonte: BRASIL (2016).

Vale ressaltar que estas práticas já eram presentes, na ocasião do GT referido, na UTFPR, por meio de uma parceria entre a coordenação do RIUT e a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica (PPGFCET)²⁰, programa profissional na área de Ensino. Naquela época, como ainda hoje, o corpo discente, quase em sua totalidade, é composto por professores e pedagogos que lidam com a Educação Básica, grande parte deles atuando nas redes públicas estaduais e municipais da Região Sul e Sudeste. Foi a primeira ação, na UTFPR e entre os PPG brasileiros da área de Ensino, em que, com base na disponibilização de ambiente institucional (o RIUT), partiu-se para a definição de uma política, na forma de Resolução Interna do PPGFCET (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ, 2015), que “Dispõe sobre a política de licenciamento e direitos autorais da produção intelectual relativa à Dissertação de Mestrado e do Produto Educacional necessários à obtenção do título de mestre no âmbito do PPGFCET”, em que tanto a dissertação como o respectivo produto educacional são depositados, em suas versões finais, no RIUT, sob a licença *Creative Commons* Atribuição-NãoComercial-Compartilhalgual (CC BY-NC-SA), versão 4.0. Além da experiência, ter resultado em um convite para participar do documento de avaliação da produção técnica da área de Ensino citada, para a comunidade acadêmica e a comunidade educacional, as produções do programa serviram de fomento à empregabilidade dos seus egressos, bem como foram o passaporte para a assinatura de acordos de cooperação com Secretarias Municipais de Educação da Região Metropolitana de Curitiba, como forma de garantir espaços de produção e difusão do conhecimento gerado no PPGFCET.

Durante o período quadrienal vigente (2017 a 2020) a Capes discutiu a elaboração da Avaliação Multidimensional dos PPG (BRASIL, 2019b), baseado no sistema europeu de avaliação U-Multirank²¹. No caso brasileiro, serão consideradas cinco dimensões de avaliação da pós-graduação brasileira, a saber: Ensino e Aprendizagem; Internacionalização/Inserção; Produção de Conhecimento; Inovação e Transferência de Conhecimento; Impacto e Relevância para a Sociedade. Pelo que foi discutido até aqui no presente capítulo, os dividendos de uma política de repositórios institucionais e acesso aberto são claros e previsíveis. Contudo, torna-se necessário detalhar como critérios qualitativos são ponderados na avaliação de um PPG.

O modelo multidimensional tem previsão de aplicação para o próximo período quadrienal (2021 a 2024). Por ora, os seus impactos já estão presentes na Ficha de avaliação dos programas de pós-graduação da Capes para a atual quadrienal, cujos eixos principais são:

- 1) Programa de Pós-Graduação (corpo docente, planejamento estratégico);
- 2) Formação (perfil e destino do egresso, produções qualificadas docente/discente, qualidade de dissertações e teses) e
- 3) Impacto na Sociedade (impacto social, cultural e econômico na sociedade, internacionalização, inovação).

Embora essa ficha seja única para as 49 áreas de avaliação, cada um dos aspectos tem considerações pertinentes definidas pela coordenação de área, juntamente com os coordenadores dos PPG, nos Seminários de Meio-Termo proporcionados pela Capes. Os pesos e os baremas também são diferenciados entre os Programas Profissionais e os Acadêmicos.

20 Disponível em: <http://fcet.ct.utfpr.edu.br>.

21 Disponível em: <https://www.umultirank.org>.

Retornando ao nosso estudo de caso, da área de avaliação 46: Ensino, passaremos a uma breve digressão sobre a respectiva ficha de avaliação dos programas profissionais (BRASIL, 2019c, p. 18-21) e os impactos esperados que uma política de licenciamento em acesso aberto e depósito em repositório institucional podem causar na avaliação multidimensional desses PPG.

No eixo 1, 'Programa', os temas tratados neste capítulo encontram repercussão no item 1.1, que trata da "Articulação, aderência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e estrutura curricular, bem como a infraestrutura disponível, em relação aos objetivos, missão e modalidade do programa."

Os repositórios institucionais compõem parte da infraestrutura de pesquisa e pós-graduação de uma universidade. Em conjunto com a política de licenciamento, dialogam diretamente com os objetivos e as missões, em suas necessárias interfaces com a Educação Básica, conforme já descrito no Plano Nacional de Educação, ao permitirem a divulgação e o acesso aos professores desse nível de ensino, bem como o aspecto motivador de, ao se apropriarem do conhecimento disponível, procurarem ingressar, também, nos PPG em Ensino. No tocante ao eixo 2, 'Formação', os itens "2.3 Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida" e "2.4 Qualidade das atividades de pesquisa e da produção intelectual do corpo docente no programa" contam com a disseminação e a visibilidade via repositórios institucionais e políticas de acesso e licenciamento em um ciclo virtuoso, em que a maior visibilidade, aliada à qualidade das produções e ao destino dos seus egressos (também um indicador de qualidade da formação recebida), reverte em maior captação de recursos, mais acordos institucionais e aumento do número de candidatos em seus processos seletivos, que, dentre outros aspectos, atuam como elementos motivadores para subsidiar a adoção dessas políticas institucionais.

No eixo 3, 'Impacto na Sociedade', são elencados três aspectos de avaliação, sendo o primeiro "3.1 Impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa", que figura como resultado dos processos descritos nos itens 1.1 e 2.4 supracitados. No segundo item, "3.2 Impacto econômico, social e cultural do programa", há um indicador exclusivo para as ações do PPG para a disseminação de suas produções qualificadas (aquelas que envolvem o orientador e o seu orientando/egresso) para os diferentes setores da sociedade. Na área de Ensino, os setores educacionais, públicos e privados, articulando espaços formais e não formais de ensino encontram-se em evidência nesse aspecto, ao lado de editoras educacionais e, agora, vislumbra-se também que essa disseminação contribua na formação dos professores e dos demais atores do processo educacional na produção de conteúdos, materiais e mediações do processo de ensino e aprendizagem por meios virtuais, no quadro que deverá surgir no contexto do pós-pandemia COVID-19. Esses aspectos, novamente, são corroborados pela disponibilização e pela recuperação dessas produções, via repositórios institucionais e, também, na forma como serão disponibilizados (políticas institucionais de licenciamento e acesso aberto).

Finalmente, no item "3.3 Internacionalização, inserção (local/regional/nacional) e visibilidade do programa" são aspectos que dialogam diretamente com os temas tratados neste capítulo. A disponibilização das produções científicas e acadêmicas em repositórios institucionais que permitem a recuperação delas, inclusive pela comunidade internacional, impulsionada pela adoção adequada de padrões internacionais de metadados e protocolos de interoperabilidade, potencializa o acesso (e a inserção) internacional do PPG. Já os impactos e

as inserções sociais, nas esferas locais, regionais e nacional, também desfrutaram de dividendos diretos do licenciamento e do acesso aberto a essas produções.

Em um espectro mais amplo, que abrange todas as grandes áreas da pós-graduação *stricto sensu* brasileira, o Parecer nº 977/65 do Ministério da Educação (BRASIL, 1965) define a natureza dos cursos de mestrado e doutorado nas universidades brasileiras (conhecido também como 'Parecer Sucupira', por este motivo utilizado pela plataforma homônima da Capes). A própria definição de 'universidade' transparece nesse parecer que:

É quando a universidade deixa de ser uma instituição apenas ensinante e formadora de profissionais para dedicar-se às atividades de pesquisa científica e tecnológica. [...] Isto é, uma universidade destinada não somente à transmissão do saber já constituído, mas voltada para a elaboração de novos conhecimentos mediante a atividade de pesquisa criadora. (BRASIL, 1965).

Sobre a pós-graduação *stricto sensu* propriamente dita, dispõe que:

[...] em síntese os três motivos fundamentais que exigem, de imediato, a instauração de sistema de cursos pós-graduados: 1) formar professorado competente que possa atender à expansão quantitativa do nosso ensino superior garantindo, ao mesmo tempo, a elevação dos atuais níveis de qualidade; 2) estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores; 3) assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores. (BRASIL, 1965).

Com base nessas definições, encontramos o embasamento para os três eixos presentes na ficha de avaliação da Capes, bem como transparecem a necessidade e a pertinência dos dois braços de uma política institucional que contemple a disseminação do conhecimento presente em seus documentos institucionais: o caminhar paralelo entre a infraestrutura (portais e repositórios) e o social (a gestão e a comunidade universitária, definidoras de políticas institucionais) para que a formação de recursos humanos avançados, que devem impactar a sociedade com o conhecimento científico e tecnológico adquirido, abrindo portas à inovação no sentido de desenvolvimento econômico e social, em um país como o Brasil, em que um longo trajeto deve ser percorrido no caminho da justiça social e da emancipação dos sujeitos, objetivos primordiais da Academia, desde os seus primórdios, na Ágora Ateniense.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos anos, a UTFPR tem investido em processos que auxiliam na ampliação da visibilidade dos conteúdos de dissertações e teses. Essa produção, anteriormente tratada como literatura cinzenta, cuja possibilidade de acesso estava restrita aos exemplares disponíveis nas Bibliotecas e, após alguns anos, nas páginas *web* dos PPG da Universidade, com a implantação do RIUT ganharam nova forma de tratamento, que assegura que esses materiais possam ser recuperados por mecanismos de busca gerais e acadêmicas, além de bases nacionais específicas, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (oasisbr), além dos demais diretórios a elas vinculados a partir da publicização no Repositório Institucional (RIUT).

Dessa maneira, é possível acompanhar a ampliação da visibilidade nacional e internacional tanto das dissertações e teses, ora gerenciadas exclusivamente pelo RIUT, quanto de seus autores, orientadores, PPG e da própria UTFPR. Carvalho (2018, p. 158) em uma análise cientométrica das citações a conteúdos de repositórios institucionais ibero-americanos na base Scopus, no período de 2002 a 2016, afirma que “[...] as citações feitas a conteúdos dos RI de IES brasileiras são em sua maioria para dissertações e teses. [...] que correspondem a 81% do total de citações.”.

Isto posto, a UTFPR, tomou outras medidas relevantes relacionadas às dissertações e teses, como: a disponibilização de versões digitais para as bancas de qualificação e defesa; o depósito de dissertações e teses exclusivamente no RIUT, extinguindo a versão impressa anteriormente disponibilizada nos acervos das Bibliotecas; a adoção de arquivos em formato pdf/a; a integração e o reuso de dados institucionais provenientes dos Sistemas Corporativos da UTFPR para o povoamento semiautomático de dissertações e teses no Repositório Institucional da UTFPR (RIUT) (TORINO; SAAVEDRA FILHO, 2021); e, mais recentemente, a Política de Licenciamento das versões finais das dissertações e teses produzidas na Universidade.

Desta maneira, o povoamento dos repositórios digitais, atividade desafiadora para as universidades que os disponibilizam, no que se refere às dissertações e às teses produzidas nos PPG ofertados pela UTFPR, ganha contornos consonantes com os preceitos da BOAI e BOAI 10, à medida que são realizadas ações para que o depósito ocorra com reuso de dados e sem que haja barreiras para o acesso à produção, com disponibilização na *web* em um Repositório Institucional (RIUT) que permite a interoperabilidade dos registros por meio do protocolo OAI-PMH, preconizado pela *Open Archives Initiative* (OAI).

Nesse sentido, a Política de Licenciamento das Versões Finais dos Trabalhos de Conclusão Produzidas nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UTFPR possibilita a transposição da barreira do *copyright*, uma vez que tais obras passam a ter alguns direitos reservados e o uso pode ser realizado sem requerer autorizações prévias e expressas do titular dos direitos autorais, desde que sejam atendidas as especificações da licença. Essa ação, aliada ao aspecto de ampla visibilidade oriundo da disponibilização em repositório institucional, possibilita que as obras sejam utilizadas no limite das licenças, ampliando a possibilidade de impacto e citação, o que gera benefícios múltiplos, que passam por: visibilidade do autor, da obra, do PPG e da própria Universidade; avaliação do PPG; inserção social do conhecimento gerado pelo PPG e pela Universidade; possibilidade de contribuição para avanços acadêmicos, científicos, tecnológicos e sociais, de modo a contemplar os objetivos primordiais da universidade brasileira, no seu caminhar junto à sociedade para seja um dos agentes indutores da disseminação do conhecimento e consequente justiça social.

REFERÊNCIAS

- BERLIN Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities. 2003. Disponível em: <https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration>. Acesso em: 16 maio 2020.
- BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING. 2003. Disponível em: <http://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>. Acesso em: 20 maio 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 fev. 1998. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm. Acesso em: 17 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer nº 977/65, de 03 de dezembro de 1965. **Definição dos cursos de pós-graduação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/parecer%20cfe%20977-1965.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de área: área 46: Ensino**. 2019a. Disponível em: <http://capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/76-day/caa4/4670-ensino>. Acesso em: 31 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Considerações sobre a classificação de produção técnica: Ensino**. 2016. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/46_ENSI_class_prod_tecn_jan2017.pdf. Acesso em: 31 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Capex apresenta à academia modelo de avaliação multidimensional**. 2019b. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/9873-capes-apresenta-a-academia-modelo-de-avaliacao-multidimensional>. Acesso em: 31 maio 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Relatório do Seminário de Meio Termo: área de Ensino**. 2019c. Disponível em: http://capes.gov.br/images/Semin%C3%A1rio_de_meio_2019/Ensino.pdf. Acesso em: 31 maio 2020.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 31 maio 2020.
- BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Dez anos da iniciativa de Budapeste em acesso aberto: a abertura como caminho a seguir**. 2012. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-recommendations>. Acesso em: 16 maio 2020.
- BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Iniciativa de Budapeste pelo acesso aberto**. 2002. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/translations/portuguese-translation>. Acesso em: 16 maio 2020.
- CARVALHO, Ana Maria Ferreira. **Análise do uso de conteúdo disponível em repositórios institucionais de instituições de ensino superior ibero-americanas: um estudo cientométrico na base Scopus**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/974>. Acesso em: 18 maio 2020.
- CREATIVE COMMONS BR. **As licenças CC 4.0 estão chegando**. 2014. Disponível em: <https://br.creativecommons.org/cc40br/>. Acesso em: 18 maio 2020.
- CREATIVE COMMONS BR. **Sobre as licenças**. Disponível em: <https://br.creativecommons.org/licencas/>. Acesso em: 18 maio 2020a.
- CREATIVE COMMONS BR. **Sobre**. Disponível em: <https://br.creativecommons.org/sobre/>. Acesso em: 18 maio 2020b.
- GUÉDON, Jean-Claude. **Open access: toward the internet of the mind**. 2017. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai15/Untitleddocument.docx>. Acesso em: 16 maio 2020.
- OPEN ARCHIVES INITIATIVE. Disponível em: <https://www.openarchives.org/>. Acesso em: 16 maio 2020.

SHADDIM; CREATIVE COMMONS. Ficheiro: creative commons license spectrum.svg. 2016. 1 ilustração digital, color., 370 × 599 pixels. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/File:Creative_commons_license_spectrum.svg#file. Acesso em: 16 maio 2020.

TORINO, Emanuelle; SAAVEDRA FILHO, Nestor Cortez. Integração e reuso de dados para o povoamento semiautomático de dissertações e teses no Repositório Institucional da UTFPR. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 26, n. 2, p. 306- 332, abr./jun. 2021. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/40037/pdf>. Acesso em: 5 jul. 2021.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Conselho de Graduação e Educação Profissional; Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação. **Resolução Conjunta nº 01/2020 – COGEP-COPPG**. 2020. Disponível em: https://sei.utfpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1811618&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 22 out. 2020.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. **Deliberação nº 35/2017**, de 18 de dezembro de 2017. Aprovar o Plano de Desenvolvimento institucional (PDI da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2018 a 2022. 2017. Disponível em: <https://cloud.utfpr.edu.br/index.php/s/15P0OcMLMdt9Rv7>. Acesso em: 31 maio 2020.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Universitário. **Deliberação nº 14/2019**, de 28 de junho de 2019. Aprovar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). 2019. Disponível em: <https://cloud.utfpr.edu.br/index.php/s/Z3pqMqWkxbsCbLz>. Acesso em: 31 maio 2020.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Lei de Criação, Estatuto e Regimento**. Curitiba: EDUTFPR, 2018. Disponível em: <https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/y2EPBRd2Ht0T88n>. Acesso em: 31 maio 2020.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Programa de Pós-Graduação em Formação Científica, Educacional e Tecnológica. **Resolução nº 03/2015**, de 31 de março de 2015. Dispõe sobre a política de licenciamento e direitos autorais da produção intelectual relativa à Dissertação de Mestrado e do Produto Educacional necessários à obtenção do título de mestre no âmbito do PPGFCET. Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/cursos/coordenacoes/stricto-sensu/ppgfcet/documentos/resolucao/resolucao-03-2015-ppgfcet>. Acesso em: 31 maio 2020.

UNIVERSITY OF KENT. **Copyright, open access and your thesis: a guide for research students**. 2018. Disponível em: <https://media.www.kent.ac.uk/se/14621/CopyrightOpenAccessandyourthesis.pdf>. Acesso em: 31 maio 2020.

VALENTE, Mariana Giorgetti; FREITAS, Bruna Castanheira de. **Manual de direito autoral para museus, arquivos e bibliotecas**. São Paulo: FGV, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/19038>. Acesso em: 20 maio 2017.